ALINHAMENTO DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À LUZ DO SINAES

Regilson Maciel Borges – UFLA – regilson.borges@ufla.br

Mary Ângela Teixeira Brandalise – UEPG – marybrandalise@uol.com.br

Introdução

Esta comunicação apresenta resultados de uma pesquisa, inserida na faixa B da Chamada Universal MCTIC/CNPq-2018, integrada na agenda de trabalho da Rede Universitas/Br, intitulada: Atuação dos Conselhos Estaduais de Educação nas Políticas de Avaliação e Regulação da Educação Superior e suas Influências Modeladoras nas Universidades Públicas Estaduais.

A avaliação em educação não se caracteriza como mero tópico subjacente às questões educacionais comuns e cotidianas, mas se insere na atuação do Estado na definição de avaliações de diferentes formas, desde a regulamentação da avaliação da educação por meio de normativas e a condução das avaliações por meio dos órgãos governamentais. Daí a relevância da pesquisa sobre a avaliação e regulação da educação superior no âmbito dos estados da federação, as quais são normatizadas pelos CEE e também pelas instâncias federais. Portanto, as IES estaduais estão vinculadas e acabam sendo regidas pelos dois sistemas: federal e estadual.

O termo de cooperação entre os Sistemas Federal e Estadual definidos na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), define em seu art. 1º, §2º que “O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal” (Brasil, 2004), portanto, remetem aos CEE a responsabilidade de definição dos processos de regulação, supervisão e avaliação das IES estaduais, em sintonia com a legislação nacional da educação superior.

No que se refere aos processos de regulação, credenciamento, recredenciamento, autorização, renovação e reconhecimento de cursos de graduação, as IES respondem aos órgãos normativos e executivos do sistema estadual, CEE e Secretarias Estaduais de Ensino Superior, com exceção dos cursos ofertados na modalidade a distância (EaD), que são regulados pelo sistema federal. Quanto à participação das IES nos processos

avaliativos realizados pelo Sinaes, a adesão depende das normativas dos CEE de cada estado e das próprias IES.

Em razão disso, muitas vezes se sobrepõem os papéis dos diferentes órgãos normativos e executivos, justificando a necessidade de melhor compreensão do papel dos CEE nas políticas de avaliação e regulação das IES estaduais. Posto isto, apresentamos nesta comunicação os resultados da pesquisa referentes ao alinhamento dos CEE na Avaliação e Regulação da Educação Superior à luz do SINAES.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de casos múltiplos, foi aprovada pelo parecer consubstanciado nº 3.948.072, da Comissão de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, em 01 de abril de 2020. Adotou como procedimentos a análise documental e entrevistas semiestruturada. Foram entrevistados três conselheiros integrantes da Câmara de Educação Superior de cada um dos CEE, que doravante foram denominados de C1, C2 e C3, que compuseram a amostra pesquisada (CEE-I, CEE-II, CEE-III) e que aceitaram conceder entrevistas remotas aos membros da pesquisa, à época.

O questionamento aos Conselheiros foi o seguinte: Como ocorre/ocorreu o alinhamento dos CEE em relação aos processos de avaliação e regulação das universidades públicas estaduais e aos resultados oriundos dos SINAES: Enade, Avaliação de Cursos e Avaliação externa.

Após produção dos dados nas entrevistas o material foi transcrito e analisado segundo a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2016) que consiste três componentes: a) unitarização, que consiste na desconstrução dos textos em unidades de sentidos e significados importantes para a finalidade da pesquisa; b) categorização, processo de estabelecimento de relações entre as unidades de significado no qual elementos de significação próximos são agrupados; e c) metatexto, etapa final a qual é constituída pela descrição e interpretação das categorias construídas.

Nesta comunicação discutimos a categoria “Alinhamento dos CEE na Avaliação e Regulação da Educação Superior a luz do SINAES”, a qual emergiu do agrupamento de duas unidades de significado: a) alinhamento dos CEEs aos processos de avaliação e regulação da educação superior e suas interfaces com o SINAES; e b) alinhamento dos

CEE em relação aos resultados do SINAES. Na sequência apresentamos o metatexto referente as unidades de análise da categoria

Apresentação e Análise dos Dados

A respeito da unidade de análise que tratou do “a) alinhamento dos CEEs aos processos de avaliação e regulação da educação superior e suas interfaces com o SINAES”, no caso do CEE-I, os Conselheiros entrevistados destacam que o “SINAES foi um divisor de águas importante”, pois a partir dele “os sistemas, o próprio sistema federal, o sistema estadual, foram se organizando” (C2). No mesmo sentido, outro conselheiro do CEE-I aponta que “o Sistema Estadual de Ensino Superior [...] adotou toda a avaliação que está prevista na avaliação do SINAES, todos os componentes que estão na avaliação do SINAES” (C3).

Nessa mesma direção, o conselheiro do CEE-II salienta que “[...] considerando a riqueza que o Sinaes trouxe de dispositivos para o processo avaliativo, [...], nossos conselheiros começaram a ler a lei dos SINAES e aplicar voluntariamente [...]” (C1), isso porque a Resolução CEE-II n° 298 de 2006, que dispõe sobre credenciamento e reconhecimento de instituição de educação superior, autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso superior no Sistema Estadual, não se referiu a aplicação dos princípios dois dispositivos constantes da lei do Sinaes. Ainda assim, a C2 ressaltou com relação a essa Resolução que,

[...] ela não traz explicitamente a questão do SINAES na sua redação, mas traz alguns elementos com relação aos conceitos e aos instrumentos dos avaliadores que começam a ser utilizados com referência ao SINAES, apesar de não constar na resolução. A partir de 2006 esses princípios já começam a ser utilizados no sistema Estadual [...] (C2).

Diferentemente do que pontuaram os conselheiros acima, os conselheiros do CEE-III destacaram a autonomia do sistema estadual em relação a adoção do SINAES, o que fica explicitado quando um dos conselheiros salientou que “[...] quando [...] a Lei dos SINAES foi aprovada, houve não só uma tentativa de conhecimento, apesar da Lei falar em cooperação, mas quase uma pressão para uma adesão ao SINAES [...]” (C1). O C2 reforça que as IES jurisdicionadas aquele Conselho não têm necessidade de adesão e nem alinhamento às diretrizes do SINAES, pelo fato de não precisarem de financiamento da União, pois recebem cota do ICMS do estado.

Quanto a outra unidade de análise, que discute o “b) alinhamento dos CEEs em relação aos resultados do SINAES”, no CEE-I foi evidenciado pelo C2 que é feito uso do Conceito Preliminar de Curso (CPC) elaborado pelo MEC/INEP, “então os cursos que têm CPC 3, nós dispensamos da avaliação externa” e “quando da renovação do curso, se ele não foi avaliado ainda, porque o MEC altera quais são os cursos, aí nós temos então a Comissão de Avaliação Externa *in loco*”. No âmbito do CEE-II, a C3 enfatizou que “a comissão avaliadora observa os indicadores e aponta no relatório, considerando cada item do instrumento de avaliação”, o que é reafirmado pelo C1 ao pontuar que:

As comissões avaliadoras, nas realizações das avaliações externas, utilizam como referência as dimensões organização didático-pedagógicas, corpo docente e tutorial e infraestrutura, fixados no instrumento de avaliação institucional dos cursos de graduação presenciais e a distância, atribuindo a esses indicadores conceito, em conformidade com a lei dos Sinaes, os instrumentos de avaliação obedecem a esse disposto (CEEII-C1).

No caso do CEE-III, os conselheiros apresentam dois posicionamentos distintos para este ponto, quando a C2 acentua que aquele Conselho não faz nenhuma vinculação das práticas de avaliação de curso com os do SINAES, pois informa que tem um modelo próprio, “a gente não tá muito atento ao Sinaes. Nós estamos mais atentos, aliás pela natureza das nossas universidades, [...] aos rankings internacionais” (C2). Por outro lado, a C3 aponta que são acessadas às informações das avaliações de curso para os processos de regulação, destacando que “[...] nós temos facilidade de ter acesso a essas informações do Ministério da Educação, das instituições ano, quando nós vamos renovar o curso, a gente confere os resultados para ver”.

Conclusões

O alinhamento dos CEE ao SINAES revelaram a autonomia dos conselhos estaduais na definição dos processos avaliativos e regulatórios da educação superior no âmbito dos estados da federação. A atuação de cada CEE revelou as particularidades inerentes ao órgão de cada estado da federação, conforme as características dos contextos regionais e locais, as quais estão diretamente relacionadas aos aspectos políticos, sociais e culturais de cada Estado. Ao mesmo tempo, elas apresentam algumas semelhanças que nos permitem compreender como as políticas avaliativas e regulatórias são interpretadas e ressignificadas em contexto, reproduzindo em menor ou maior grau os modelos de

avaliação legitimados nacionalmente.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3, 2004.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.